


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001030-94.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços (Antecipação de Tutela / Tutela Específica)**
 Requerente: **Patricia Fernanda Romano**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora questiona faturas que recebeu da ré relativas ao consumo de energia elétrica no imóvel em que reside.

Almeja à declaração da inexigibilidade dos débitos pertinentes.

Observo que no início do processo a autora se voltou contra a fatura com vencimento para dezembro de 2017 e no curso do feito postulou providências quanto às faturas emitidas para janeiro, fevereiro e março de 2018.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assentada essa premissa, saliento que a própria ré declinou o histórico de consumo da unidade correspondente ao imóvel da autora a fl. 29.

Nota-se por seu intermédio que entre julho de 2015 e novembro de 2017 tal consumou equivaler a 0KWh, esclarecendo a ré que nesse período houve uma reforma no local que inviabilizava a leitura do consumo mensal (ou o imóvel estava fechado ou o acesso do leitorista não era permitido).

Em consequência, nesse espaço de tempo o faturamento foi calculado de acordo com as médias aritméticas dos últimos doze meses.

Positivou-se, porém, que em dezembro de 2017 o consumo saltou para 21543 KWh, alcançado a fatura o montante de R\$ 12.929,84 (fl. 02, ao passo que as anteriores – fls. 03/13 – giravam em torno de R\$ 25,00).

De início, não reputo satisfatoriamente demonstrada a impossibilidade de leitura ao longo de todo o período aludido, valendo ressaltar que a visibilidade do medidor não pode ser descartada como se nota a fls. 14/16 e 78/80.

De qualquer sorte, tocava à ré patentear quais as razões concretas teriam levado ao aumento que apurou.

A relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo e como tal sucede a inversão do ônus da prova, na esteira do art. 6º, inc. VIII, do CDC, como, aliás, restou expressamente consignado no despacho de fl. 82.

Nesse sentido é a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. RESSARCIMENTO DE VALORES E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Concessionária prestadora do serviço que não se desincumbe de comprovar a razão do aumento brusco de consumo de energia elétrica, tampouco a existência de consumo não registrado. Incumbência da ré por se tratar de relação de consumo. Correção monetária que deve ser aplicada a partir da propositura da ação e juros de mora desde a citação. Sucumbência recíproca. Recurso parcialmente provido” (Apelação n. 0044265-47.2011.8.26.0602, rel. Des. **GILBERTO LEME**, j. 27/05/2014).

“Energia elétrica. Propositura de ação declaratória de inexigibilidade de débito. Valor cobrado a maior em apenas um mês. Fatura com valor desproporcional aqueles dos meses anteriores. Ação julgada procedente para declarar inexigível o débito. Consumo de aproximadamente 130 Kwh, ao mês e cobrança de 5.16 Kwh. Relação de consumo. Ré que não comprova o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*aumento abrupto e desproporcional. Recurso improvido. É lícito à concessionária dos serviços de energia elétrica interromper o fornecimento regular em caso de inadimplência. Mas, em caso de controvérsia do valor do débito, referente a apenas um mês, é dever da concessionária justificar o aumento desproporcional. Não o fazendo, a ação restou corretamente julgada procedente". (Apelação n. 002074-68.2012.8.26.0596, rel. Des. **KIOITSI CHICUTA**, j. 14/1/2013).*

*“DECLARATÓRIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - CONSUMO ATÍPICO – AUSÊNCIA DE PROVAS A JUSTIFICAR O AUMENTO DO CONSUMO - RECURSO IMPROVIDO. Apresentando a conta de energia consumo atípico, transfere-se à concessionária o ônus exclusivo de evidenciar a legitimidade da cobrança” (Apelação n. 9219619-61.209.8.26.00, rel. Des. **RENATO SARTORELI**, j. 18/01/201).*

Essa orientação aplica-se com justeza à hipótese vertente e como a ré não amealhou elementos consistentes que permitissem justificar o aumento elevado somente nos meses impugnados (nada denota de um lado a ocorrência de eventos festivos, visitas e atividades profissionais, referidos a fl. 32, primeiro parágrafo, enquanto de outro a reforma noticiada não se teria dado no período em apreço), inclusive por má conservação, má instalação ou mau uso de fiação ou aparelhos elétricos (fl. 32, antepenúltimo parágrafo), é de rigor concluir que as faturas não possuem lastro a sustentá-las.

O quadro delineado permite acolher a pretensão deduzida para que os débitos nelas cristalizados sejam declarados inexigíveis.

Por fim, tomo como relevante destacar que desde o início do processo a autora assinalou que o relógio medidor estava queimado desde janeiro de 2017, o que não foi refutado pela ré na peça de resistência.

Ela, como se não bastasse, confirmou a fl. 81 tal explicação, ficando reforçada a ideia de que a ré lançou as faturas à míngua do devido respaldo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade das faturas tratadas nos autos (vencimentos previstos para dezembro de 2017 e janeiro a março de 2018).

Torno definitivas as decisões de fls. 17/18, 63 e 87.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intímese.

São Carlos, 26 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**